

No pacote, a linha da retomada

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

A Seplan considera que o pacote econômico para 1986, aprovado a toque de caixa pelo Congresso Nacional, deflagrou a estratégia para a retomada sustentada do crescimento econômico. Essa estratégia prevê a combinação de três vertentes de política econômica: a redução do déficit público, a renegociação da dívida externa de modo a reduzir a transferência de recursos para o Exterior, e o combate sem tréguas à inflação.

Para a Seplan, o pacote econômico conduzirá a uma redução do déficit público operacional dos 3,2% atuais para 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no próximo ano, e do déficit de caixa dos atuais 6% para 3% em 1986. Trata-se, conforme a Seplan, de um rigoroso esforço para controlar as contas do governo. Só haverá duas exceções: serão elevados em 55% reais os gastos sociais, num total de Cr\$ 76 trilhões, e garantidos os investimentos complementares à iniciativa privada.

DÉFICIT PÚBLICO

Para reduzir o déficit público, a dívida pública só poderá crescer em termos reais até 10% contra o crescimento exagerado de 60% este ano. Pretende-

se que isso seja possível a partir da redução de Cr\$ 35 trilhões no custo da rolagem da dívida pública interna — baseando-se numa taxa de juros de 15% —; mais Cr\$ 60 trilhões de arrecadação tributária adicional; Cr\$ 15 trilhões pela venda ou abertura do capital social de empresas estatais; Cr\$ 8 trilhões de corte nos gastos de custeio da administração direta e indireta, além da redução de subsídios do trigo, álcool e açúcar. Também fica um *float* (fluxo de caixa) para 1987 em Cr\$ 30 trilhões, significando que o governo vai segurar na medida do possível a libertação de recursos nesse montante, durante o próximo ano.

Restariam ainda Cr\$ 105 trilhões para cobrir o déficit público de Cr\$ 211 trilhões. O *inps/Ipela* prevê que o governo emitirá moeda no montante de Cr\$ 75 trilhões, e o resto será financiado com a colocação líquida de títulos públicos. Estará coberto o déficit orçamentário para 1986. Para este ano, o déficit de caixa fechará ao redor de Cr\$ 80 trilhões, contra os Cr\$ 104 trilhões previstos originalmente pelo Ministério da Fazenda.

RENEGOCIAÇÃO

O discurso oficial é de que a renegociação da dívida externa deve levar em conta a redução da transferência de recursos para o Exterior. Atualmente, o

País transfere para o Exterior 6% do PIB, ou 25% da poupança nacional bruta. Hoje, em Montevideu, os ministros da Fazenda, Dílson Funaro, e das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, defenderão uma ação conjunta dos países devedores da América Latina na tentativa de reduzir essa transferência de recursos. Mas, realistas, as projeções econômicas do governo brasileiro para 1986 ainda não prevêem a redução dessa transferência de recursos.

INFLAÇÃO

No combate ao processo inflacionário, o governo pretende agir sobretudo em duas frentes. Primeiro, garantindo estabilidade aos preços, principalmente de alimentos, para prevenir novos choques de oferta. E depois, tentará obter um amplo acordo social, que permita vencer a inércia da inflação — sem recessão, sem traumas na distribuição de rendas e, sobretudo, sem comprimir os salários, conforme a Seplan.

Este ano, a taxa de inflação não fecha de forma alguma abaixo da taxa do ano passado. Se for levado em consideração o IGP, da Fundação Getúlio Vargas, a inflação deste mês teria de ser inferior a 9,4% para atingir os 223,8% do ano passado. Se for considerado o IPCA, do IBGE, a taxa teria de ser inferior a 5%, para repetir os 208,8% de 1984.



Funaro defenderá redução na transferência de recursos

Arquivo